



NOTA CONCEITUAL

Índice

1. Introdução	3
2. Prioridades	5
2.1 Inclusão social e combate à fome e à pobreza	5
<i>A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza</i>	6
2.2 Desenvolvimento sustentável e transições energéticas.....	7
<i>A Mobilização Global contra a Mudança do Clima</i>	8
<i>Transições energéticas</i>	10
<i>A Iniciativa sobre Bioeconomia</i>	11
2.3 Reforma das instituições de governança global.....	12
3. Estrutura.....	15
4. Países convidados e organizações internacionais	16
5. Sociedade civil e outras instituições não governamentais	18
6. Calendário de reuniões	19

1. Introdução

O G20 é o fórum global mais bem posicionado para construir as soluções que o mundo precisa para os muitos desafios no horizonte. Devido à substancial representação no G20 tanto da população quanto do PIB mundiais, o grupo tem um papel único e influente a desempenhar na formação da **agenda global para um futuro mais equitativo e sustentável**. Além disso, dada a natureza multifacetada da maioria dos desafios que enfrentamos, a diversidade dos membros do G20 é um trunfo e não um obstáculo, pois as soluções necessárias só surgirão de um diálogo aprofundado, que inclua muitas vozes diferentes.

O mundo tem enfrentado **múltiplas e seguidas crises** que se reforçam mutuamente e cujas soluções requerem uma cooperação internacional mais forte. Entre os desafios mais prementes que a humanidade enfrenta atualmente estão fome e pobreza persistentes; conflitos armados com consequências humanitárias catastróficas; alta volatilidade nos preços dos alimentos e da energia; inflação resistente causando queda generalizada dos padrões de vida; taxas de juros mais altas por mais tempo, desencadeando vulnerabilidades da dívida; e uma crise climática que não é mais um fantasma distante, mas sim uma realidade atual, amplificada por antigas e novas tensões geopolíticas.

Embora essas crises afetem a todos, elas não nos afetam igualmente. Os países em desenvolvimento e suas populações provavelmente sofrerão mais. Como argumenta o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se tivéssemos que resumir os atuais desafios globais em uma única palavra, ela seria **desigualdade**. A desigualdade é a causa principal de várias das crises que enfrentamos e um fator importante que contribui para agravá-las. Por isso, o Brasil está determinado a colocar o problema da desigualdade, em todas as suas dimensões, no centro da agenda do G20.

Imediatamente após o início da crise financeira global de 2007-08, o G20 desempenhou um papel crucial na estabilização das economias e dos mercados financeiros. Quinze anos depois, temos desafios ainda maiores pela frente. Devemos enfrentar problemas que vão desde conflitos geopolíticos à fome e à desnutrição, de mudanças climáticas aos riscos de novas pandemias, da inflação persistente ao aumento dos níveis de pobreza. Como no passado, o mundo inteiro olha para o grupo em busca de **soluções duradouras para os desafios globais compartilhados**.



Para cumprir com essa expectativa, o G20 deve estabelecer metas ambiciosas e revelar todo o potencial da cooperação multilateral. Nesse sentido, sob o mote “**Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável**”, as prioridades propostas pelo Brasil para sua Presidência do G20 são:

- (1) inclusão social e combate à fome e à pobreza;**
- (2) transições energéticas e promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental; e**
- (3) reforma das instituições de governança global.**

As prioridades específicas para cada uma das instâncias das trilhas Sherpa e Financeira derivam desses três objetivos gerais. As prioridades das instâncias de trabalho serão detalhadas em notas temáticas específicas a serem distribuídas no devido tempo.

Durante sua presidência, o **Brasil trabalhará para construir consenso** no grupo, ouvindo todos os membros enquanto tenta superar as divisões e nunca renunciando a um alto nível de ambição por um G20 orientado para resultados.

O objetivo desta Nota Conceitual é apresentar as visões e os objetivos da presidência brasileira do G20, elaborando cada uma das três prioridades selecionadas. Além disso, a Nota Conceitual tem como objetivo fornecer informações sobre a estruturação do grupo, o engajamento com a sociedade civil, a seleção de países e organizações internacionais convidados e o calendário de reuniões ao longo do ano.

2. Prioridades

2.1 Inclusão social e combate à fome e à pobreza

A Agenda 2030 reconhece que **erradicar a pobreza** em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. **Acabar com a fome**, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável estão diretamente ligados a esse desafio. Além disso, a Agenda 2030 visa “**promover a inclusão social, econômica e política de todos**, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, status econômico ou outro”.

A erradicação da pobreza, a luta contra a fome e a desnutrição e a inclusão social não são meras aspirações; **são pré-requisitos para um mundo próspero e harmonioso**. Não podemos alcançar a verdadeira inclusão social nem cumprir a promessa de “não deixar ninguém para trás” sem abordar as desigualdades – a mais grave das quais é a desigualdade no acesso a alimentos. Abordar as desigualdades de gênero e raça e o acesso desigual à educação, saúde e oportunidades econômicas também são imperativos essenciais. Em resumo, a erradicação da pobreza e a inclusão social não são apenas objetivos independentes; eles estão profundamente entrelaçados com todas as facetas de como nossas sociedades e economias funcionam.

Promover a inclusão social e combater a fome e a pobreza são **desafios prementes em todo o mundo**. Os países em desenvolvimento, em particular, enfrentam obstáculos significativos para erradicar a fome e a pobreza extrema enquanto reduzem as desigualdades no acesso à educação, à saúde, a oportunidades econômicas e a condições básicas de vida. Além disso, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos, pode-se argumentar que as desigualdades socioeconômicas fomentaram o extremismo político nos últimos tempos, com consequências prejudiciais inclusive para a governança global.

No campo da nutrição, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), **735 milhões de indivíduos passam fome atualmente; e 2,4 bilhões enfrentam insegurança alimentar moderada ou grave**. Além disso, o progresso para alcançar a Agenda 2030 não apenas estagnou em algumas áreas, como também sofreu retrocessos em muitas outras.



Neste contexto, a primeira e principal prioridade da presidência brasileira do G20 será articular um pacto internacional decisivo para a erradicação da fome e da pobreza. Para tal fim, o Brasil propõe a criação de uma **força-tarefa temporária para discutir e lançar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza**.

A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza teria como objetivo tomar medidas concretas **para integrar um conjunto de instrumentos de políticas públicas nacionais estabelecidos**, incluindo transferências de renda direcionadas, programas de alimentação escolar, apoio à agricultura familiar, sistemas de registro único para pessoas e famílias de baixa renda e mecanismos de segurança social.

Na visão do Brasil, a Aliança deve se destacar por **defender políticas efetivas de combate à pobreza, em vez de se tornar simplesmente um fórum de diálogo**. Ao aderir à iniciativa – que seria aberta a todos os membros da ONU –, os países se comprometeriam a implementar políticas públicas voltadas para a eliminação da fome e da pobreza extrema. Para garantir a eficiência e a coesão, as organizações da ONU seriam convidadas a desempenhar papéis-chave de apoio na aliança, evitando a duplicação de esforços.

A Aliança seria estruturada em torno de **três pilares principais**. Primeiro, no **pilar de compromissos nacionais**, os membros se comprometeriam a adotar políticas públicas eficazes para combater a fome e a pobreza. Em segundo lugar, o **pilar financeiro** envolveria instituições financeiras internacionais (IFIs) e outros parceiros, que deveriam fornecer recursos para viabilizar a implementação dessas políticas nos países em desenvolvimento que aderirem à Aliança. Por fim, um **pilar de apoio técnico** serviria como uma rede de países e instituições parceiras destinada a garantir a disseminação de práticas e conhecimentos eficazes entre os membros, com foco particular na cooperação Sul-Sul.

A **governança da Aliança** dependeria de um comitê diretivo enxuto, apoiado por um secretariado pequeno mas ágil, estabelecido em parceria com organizações internacionais selecionadas.

2.2 Desenvolvimento sustentável e transições energéticas

O G20 tem um papel único a desempenhar na formação da agenda global para um futuro mais equitativo e sustentável, bem como na mobilização de recursos e conhecimentos para enfrentar os desafios globais de sustentabilidade de forma eficaz. O desenvolvimento econômico sustentável não se trata apenas de maximizar o crescimento, mas também de garantir que esse crescimento seja inclusivo e não ocorra às custas das **gerações futuras**. As políticas econômicas sustentáveis, portanto, devem priorizar a criação de empregos, a inovação e o investimento em setores que promovam a prosperidade a longo prazo, reduzindo as desigualdades e preservando o meio ambiente.

Nesse contexto, **é fundamental reafirmar os três pilares do desenvolvimento sustentável – social, econômico e ambiental** –, conforme originalmente definidos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (“Rio-92”) e reiterados na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (“Rio+20”). Além de abordar a preservação ambiental, o uso sustentável dos recursos naturais e as metas de mudança climática, os critérios de sustentabilidade também devem visar a promoção de oportunidades de desenvolvimento socioeconômico de alta qualidade, particularmente para os pobres e mais vulneráveis.

Também é importante notar a **natureza transversal das agendas de desenvolvimento sustentável e inclusão social**. As três dimensões do desenvolvimento sustentável são interdependentes e se reforçam mutuamente. Como tal, o progresso em uma área não deve ocorrer às custas das outras. Em vez disso, elas devem ser tratadas em conjunto para criar uma abordagem holística do desenvolvimento, garantindo que o crescimento econômico seja equitativo, que o bem-estar social seja salvaguardado e que os recursos ambientais sejam usados de forma sustentável para que também estejam disponíveis para as gerações futuras.

Em relação à **dimensão econômica do desenvolvimento sustentável**, o G20 poderia iniciar um debate sobre o custo da exclusão social das populações vulneráveis, especialmente as minorias, para o desenvolvimento de um país. Além disso, também valeria a pena explorar a relação mutuamente benéfica entre o comércio internacional e o desenvolvimento sustentável.

Igualmente crucial é a dimensão da **sustentabilidade social**. O crescimento econômico por si só é insuficiente se não melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos. A inclusão social, o acesso à educação, aos cuidados de saúde e ao trabalho digno são componentes essenciais de uma sociedade sustentável e equitativa. Abordar essas questões não apenas aumenta o bem-estar dos indivíduos, mas também promove a estabilidade e a coesão social.

A **sustentabilidade ambiental** é outro imperativo urgente. As mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição representam desafios enormes para o mundo. Os países do G20, por meio de suas políticas e ações, devem demonstrar liderança na redução das emissões de gases do efeito estufa, na promoção de fontes de energia limpa e na conservação e utilização sustentável dos ecossistemas. Esses esforços não são apenas necessários para o meio ambiente, mas também para a resiliência em longo prazo das economias e das sociedades.

A presidência brasileira do G20 trabalhará para viabilizar a mobilização de recursos para financiar o desenvolvimento sustentável e promover uma nova globalização baseada em critérios socioambientais, em que o realinhamento das cadeias produtivas globais seja compatível com a redução das desigualdades. A mobilização de grandes recursos exige uma melhor monitorização dos riscos e coordenação das políticas econômicas e financeiras a nível global para garantir a convergência econômica, mas também a revisão da tributação internacional visando a sistemas mais equitativos e progressivos. A solidariedade e o reconhecimento de compromissos históricos são essenciais para garantir recursos concessionais para os países em desenvolvimento, incluindo o combate aos crescentes encargos da dívida. A elaboração de estruturas regulatórias e mecanismos de partilha de riscos adequados deverá encontrar o equilíbrio certo entre capital público e privado, apoiado por instituições financeiras internacionais para o século XXI.

A Mobilização Global contra a Mudança do Clima

O Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC) confirmou que o mundo enfrenta uma **emergência climática**. A humanidade só tem até o final desta década para evitar que a temperatura global ultrapasse 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, resultado que acarreta riscos inaceitáveis para as gerações futuras, para os ecossistemas e para as infraestruturas. A menos que haja transformações profundas e extensas na forma como as economias são estruturadas e os recursos financeiros são mobilizados, distribuídos e geridos, a humanidade não conseguirá responder à perigosa ameaça das mudanças climáticas.

Ao reunir as maiores economias do mundo, responsáveis por cerca de 3/4 das emissões globais de gases do efeito estufa (GEE), o G20 pode ser um catalisador para **parcerias, coordenação de alto nível e novos consensos políticos** que podem impulsionar a ação governamental e transformar os mercados de capitais e os fluxos financeiros, contribuindo assim para a implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e do seu Acordo de Paris.

Para esse fim, a presidência brasileira do G20 propõe a criação de uma **Força-Tarefa para a Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas**, reunindo as trilhas Sherpa e Financeira. A Força-Tarefa teria como objetivo reforçar a resposta coordenada do G20 às mudanças climáticas até 2030 e além, particularmente explorando (i) o papel dos planos nacionais de transformação da sustentabilidade e das plataformas que abrangem toda a economia e (ii) uma agenda renovada para o envolvimento do setor financeiro na ação climática.

O IPCC sugere que a adoção de pacotes para toda a economia que reflitam as circunstâncias nacionais pode cumprir os objetivos econômicos de curto prazo, reduzindo simultaneamente as emissões e mudando os caminhos de desenvolvimento no sentido da sustentabilidade. Quando concebidas estrategicamente e com metas claras e viáveis, **essas abordagens podem impulsionar a mobilização de financiamento para o desenvolvimento sustentável, a resiliência climática, a geração de rendimentos, o progresso tecnológico e o crescimento industrial.**

Não é possível haver uma transformação significativa da ação climática sem recursos financeiros suficientes, oportunos e acessíveis. A concretização do nível sem precedentes de investimentos necessários para responder às necessidades já identificadas pelos países, em particular os países em desenvolvimento, exige uma **transformação do sistema financeiro e das suas estruturas e processos**, envolvendo governos, bancos centrais, reguladores financeiros, bancos comerciais e de desenvolvimento, instituições financeiras internacionais, investidores institucionais e outros atores financeiros.

Além de desenvolver debates técnicos no âmbito destas duas áreas prioritárias, a Força-Tarefa também **avaliaria e desenvolveria os resultados relevantes para o clima dos grupos de trabalho no âmbito das trilhas Sherpa e Financeira.** O objetivo maior da Força-Tarefa seria estabelecer uma agenda de alto nível para transformações estruturais urgentes que contribuam para alcançar as metas de longo prazo do Acordo de Paris e para restaurar a confiança na capacidade da comunidade internacional de responder à emergência climática.

Transições energéticas

A iminente emergência climática colocou as **transições energéticas** no centro da agenda internacional. Na verdade, a segurança energética tem sido fonte constante de preocupação em todo o mundo há muito tempo. Quando a disponibilidade de energia é perturbada por fenômenos meteorológicos extremos ou outros choques, o efeito dominó em toda a economia é quase imediato. As alterações climáticas acrescentaram um sentido de urgência a isso.

Para evitar as consequências mais terríveis para a vida no planeta, devemos transformar a forma como geramos e utilizamos energia, uma vez que o setor energético é, de longe, o que mais contribui globalmente para as mudanças climáticas. Hoje, a **urgência de uma transição global para modelos econômicos menos intensivos em carbono é inquestionável**. Durante a sua presidência do G20, o Brasil aproveitará o esforço das presidências anteriores e orientará um senso coletivo de direção para uma transição que seja viável, sustentável e inclusiva.

Existem numerosos caminhos tecnológicos para uma energia mais limpa e não existe uma solução única para todas as situações. Uma das prioridades do Brasil nesse campo será discutir as **Perspectivas Inovadoras sobre Combustíveis Sustentáveis**. Os países serão convidados a identificar obstáculos à adoção dessas perspectivas e a tentar encontrar soluções e recomendações para acelerar o crescimento e a autonomia das mesmas. Isso envolve reconhecer as diversas realidades de diferentes partes do mundo e onde cada nova tecnologia pode funcionar melhor.

Não importa o quanto tentemos identificar as opções mais adequadas e menos dispendiosas para descarbonizar a produção e o consumo de energia em todo o mundo, as transições energéticas terão sempre um custo – o que será ainda mais desafiador para os países em desenvolvimento. É por isso que outra área de interesse da Presidência brasileira do G20 será o **Financiamento de Baixo Custo para as Transições Energéticas**. As ferramentas de financiamento, tal como estão estruturadas atualmente, não priorizaram aqueles que mais necessitam de recursos, apesar de representarem a grande maioria da humanidade e de estarem mais distantes da inovação tecnológica. É importante mapear as fontes de financiamento existentes e novas, bem como um meio para expandir rápida e equitativamente o acesso das nações mais pobres aos recursos financeiros e humanos, a fim de tornar viáveis as suas transições energéticas.

Uma transição energética justa vai certamente além da necessária reciclagem da mão de obra tornada redundante pela redução e eliminação progressiva de algumas indústrias; trata-se também de uma grande maioria de países que têm de adaptar o seu caminho para o desenvolvimento em circunstâncias novas e mais desafiadoras, onde as emissões já não são uma opção. A presidência brasileira do G20 enfatizará a **Dimensão Social das Transições Energéticas**, a fim de poder levar em consideração os prós e os contras das opções de transição, além da forma como elas impactam de maneira desigual as comunidades locais, as mulheres e os grupos étnicos.

A Iniciativa sobre Bioeconomia

A presidência brasileira acredita que o G20 está bem posicionado para iniciar uma discussão sobre **bioeconomia**, um novo campo no qual os recursos naturais são vinculados a tecnologias emergentes para criar produtos e serviços sustentáveis e de alto valor agregado. Dado o seu potencial para promover as três dimensões do desenvolvimento sustentável, aspectos da bioeconomia têm sido cada vez mais discutidos numa vasta gama de fóruns. Contudo, não há espaço dedicado na agenda internacional para discutir o assunto como um todo. A sua natureza transversal só pode ser plenamente explorada em um fórum cujo âmbito seja suficientemente amplo para abranger todos os seus subsetores.

Buscando preencher essa lacuna, o Brasil planeja lançar, no G20, uma **Iniciativa sobre Bioeconomia** com o objetivo de aprofundar o debate internacional sobre o tema e identificar potenciais caminhos para cooperação na área. A Iniciativa seria estruturada em três eixos: (i) pesquisa, desenvolvimento e inovação para a bioeconomia; (ii) utilização sustentável da biodiversidade para a bioeconomia; e (iii) a bioeconomia como facilitadora do desenvolvimento sustentável. Como resultado final, espera-se que a Iniciativa possa produzir um conjunto de “Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia”.

2.3 Reforma das instituições de governança global

A terceira prioridade da presidência brasileira do G20 é **revigorar o multilateralismo e promover a reforma das instituições de governança global**. Muitas das organizações internacionais atualmente existentes foram concebidas na década de 1940, refletindo uma realidade global que já não existe. À medida que o sistema internacional evolui para uma configuração mais multipolar, é essencial que essas instituições e outros fóruns internacionais atualizem as suas práticas e estruturas de governança para melhor representar os seus membros e aprimorar sua capacidade para lidar com uma complexa rede de desafios políticos, sociais e econômicos.

Em um momento em que o mundo enfrenta múltiplas crises que vão dos conflitos armados à fome, da queda dos padrões de vida ao aumento das vulnerabilidades econômicas, das mudanças climáticas aos riscos de novas pandemias, há uma percepção crescente de que **as principais organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas e as instituições de Bretton Woods, necessitam de uma reforma urgente**. O atual contexto de polarização e desconfiança, exacerbado pelos conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio, enfraquece as próprias instituições que foram concebidas para defender a paz e a segurança internacionais e para promover a prosperidade global. A falta de representatividade mina ainda mais a eficácia e a legitimidade das suas decisões.

A presidência brasileira do G20 adota como premissa que **somente com um sistema multilateral revigorado será possível alcançar a paz, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável inclusivo**. Nestes tempos difíceis, devemos reforçar o nosso compromisso com os princípios da Carta das Nações Unidas, com o direito internacional e com a diplomacia. Não devemos aceitar um mundo dividido e fragmentado. Devemos criar espaços de diálogo e construir pontes em vez de aprofundar antagonismos. É crucial revalorizar a diplomacia como o principal instrumento para garantir a paz e o desenvolvimento.

Como mencionou o Presidente Lula na Cúpula do G7 de maio de 2023, **não faz sentido apelar aos países em desenvolvimento para que contribuam para a resolução das crises que o mundo enfrenta hoje sem que as suas preocupações legítimas sejam discutidas e sem que estejam adequadamente representados nos principais órgãos da governança global**.

Na Declaração de Líderes de Nova Deli, o G20 acordou que “as Nações Unidas devem ser receptivas a todos os membros, fiéis aos seus propósitos fundadores e aos princípios da sua Carta e adaptadas à execução do seu mandato”. Os desafios globais estão interligados e só podem ser abordados por meio de um multilateralismo revigorado, de reformas e de cooperação internacional. Nesse espírito, a presidência brasileira do G20 acredita que **o grupo deve trabalhar para garantir que a Organização das Nações Unidas se torne mais efetiva, enfrentando as desigualdades existentes em seus processos de tomada de decisão.**

A comunidade internacional já provou a sua capacidade de se adaptar e desenvolver estruturas de governança global em diversas áreas. O **G20**, por exemplo, consolidado logo após uma crise financeira global, provou ser uma estrutura valiosa para enfrentar novos desafios em muitas áreas. Desde então, tornou-se um dos órgãos mais representativos da comunidade internacional.

No campo do comércio internacional, o G20 deve expressar apoio político à Organização Mundial do Comércio (OMC) e ao **fortalecimento do Sistema Multilateral de Comércio**. A OMC constitui o único regime multilateral a gerenciar divergências e coordenar posições no comércio global. Fortalecer o Sistema Multilateral de Comércio significa avançar com o processo de reforma da OMC, reforçando a centralidade da dimensão do desenvolvimento na organização e focando, em particular, na reforma do pilar de resolução de controvérsias.

Na área financeira internacional, há uma percepção generalizada de que os **Bancos Multilaterais de Desenvolvimento** (BMDs) não estão aptos a enfrentar os grandes desafios sociais e ambientais do nosso tempo. A presidência brasileira trabalhará para fazer avançar o progresso alcançado sob as presidências indonésia e indiana do G20 no fortalecimento e evolução dessas instituições e na direção de BMDs maiores, melhores e mais efetivos. Para além do aumento do capital, os BMDs precisam ser mais responsivos às necessidades dos países em desenvolvimento, simplificando o acesso aos seus recursos e funcionando como um sistema, quando apropriado, alavancando seus conhecimentos e suas funções catalisadoras. Além disso, serão discutidos na Trilha Financeira mecanismos efetivos para alavancar estes recursos e prevenir crises de dívida iminentes.

Na visão do Brasil, o G20 deve avaliar maneiras concretas de fortalecer os BMDs sob diferentes perspectivas, ao mesmo tempo em que os torna mais representativos. A presidência brasileira do G20 estaria particularmente interessada em discutir formas de aumentar a representação dos países em desenvolvimento no topo das instituições de Bretton Woods, inclusive em cargos de alto nível e de liderança.



A presidência brasileira do G20 também buscará ampliar os debates atuais sobre uma **tributação internacional mais equitativa e progressiva**, tendo em conta diversas contribuições para além das negociações sobre erosão da base tributária e transferência de lucros (BEPS) na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

No geral, a visão da presidência brasileira do G20 é a de **fortalecer o multilateralismo econômico e político** por meio da democratização das instituições existentes e dos principais debates, criando espaço para uma maior participação dos países em desenvolvimento, dando a devida atenção às suas prioridades e, assim, dando o pontapé inicial ao multilateralismo do século XXI. .

3. Estrutura

Para ser mais eficaz, a estrutura do G20 deve ser a mais enxuta e ágil possível. Por esse motivo, **o Brasil não propõe a criação de novas instâncias permanentes** no início de sua presidência do G20. Em vez disso, o Brasil aproveitará o legado das presidências anteriores e revitalizará os mecanismos de trabalho existentes.

Na Trilha Sherpa, as únicas alterações serão as seguintes:

- (a) o Grupo de Trabalho sobre o Empoderamento das Mulheres será estabelecido como resultado da decisão correspondente promulgada na Declaração dos Líderes de Nova Deli de 2023;
- (b) o Brasil renomeará a Iniciativa de Pesquisa e Inovação (RIIG) como Grupo de Trabalho de Pesquisa e Inovação.

Como resultado dessas mudanças, a Trilha Sherpa sob a presidência brasileira do G20 terá quinze grupos de trabalho ativos. Na Trilha Financeira, a estrutura atual com oito instâncias de trabalho, incluindo grupos de trabalho, forças-tarefa e iniciativas, será mantida.

Como um esforço adicional para unir as trilhas Sherpa e Financeira, **duas forças-tarefa temporárias e conjuntas e uma iniciativa serão implementadas** durante a Presidência do G20 pelo Brasil:

- (a) Força-Tarefa para o Lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza;
- (b) Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima; e
- (c) Iniciativa sobre Bioeconomia.

As duas forças-tarefa e a iniciativa serão estabelecidas com o objetivo de entregar resultados tangíveis até o final da presidência brasileira do G20. Conseqüentemente, elas devem ser extintas no final de novembro de 2024. Em termos de calendário e logística, a presidência brasileira do G20 tentará organizar as reuniões presenciais dessas instâncias temporárias consecutivamente com outros grupos de trabalho já existentes.

4. Países convidados e organizações internacionais

Seguindo a prática estabelecida no G20, países e organizações internacionais estão sendo convidados a participar de reuniões e eventos durante a presidência brasileira do grupo.

Nesse sentido, o Brasil convidou os seguintes **países** a participar do calendário completo de reuniões e eventos do G20 durante sua presidência:

- Angola;
- Egito;
- Emirados Árabes Unidos;
- Espanha;
- Nigéria;
- Noruega;
- Portugal;
- Singapura.

Outros países podem igualmente ser convidados a participar de grupos de trabalho específicos e da Cúpula de Líderes do Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024.

O Brasil também aguarda com expectativa a contribuição das seguintes **organizações internacionais** durante sua presidência do G20:

- Organização das Nações Unidas (ONU);
- Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Organização Mundial da Saúde (OMS);
- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO);
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO);
- Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Fundo Monetário Internacional (FMI);
- Banco Mundial (BM);
- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD);
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Novo Banco de Desenvolvimento (NDB);
- Corporação Andina de Fomento (CAF).



Outras organizações internacionais não listadas acima, mas que podem dar contribuições significativas para as atividades de grupos de trabalho e forças-tarefas específicas, como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, na sigla em inglês) e o Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês), serão convidadas a participar de suas reuniões.



5. Sociedade civil e outras instituições não governamentais

Um **diálogo abrangente com a sociedade civil e outras instituições não governamentais** será conduzido por grupos de engajamento, como o Business20 (B20), o Civil20 (C20), o Labor20 (L20), Parliament20 (P20), Science20, o Start-up20, SAI20, Think-Tank20 (T20), o Urban20 (U20), o Women20 (W20) e o Youth20 (Y20).

O Supremo Tribunal Federal brasileiro está convocando reunião de autoridades judiciárias de alto nível do G20, a realizar-se em maio de 2024, a qual poderá ser chamada de **Judiciário20 (J20)**.

Representantes dos **grupos de engajamento do G20** definirão posições conjuntas sobre os temas da agenda do grupo dentro de seus processos de diálogo independente. A responsabilidade pelos processos de formação de opinião estará inteiramente nas mãos desses grupos.

O trabalho realizado pelos grupos de engajamento resultará em **recomendações** que serão incorporadas aos preparativos da Cúpula de Líderes por meio do processo Sherpa. Na presidência brasileira do G20, uma sessão de uma das reuniões de Sherpas será dedicada exclusivamente à recepção dessas recomendações em tempo das reuniões ministeriais dos grupos de trabalho da Trilha Sherpa, muito provavelmente em julho de 2024.

O Governo brasileiro também estará aberto a contribuições de entidades da sociedade civil que ainda não estejam envolvidas nos trabalhos dos grupos de engajamento do G20. O **Fórum Social do G20** – a ser realizado no Rio de Janeiro nos dias imediatamente anteriores à Cúpula de Líderes – reunirá representantes dos grupos de engajamento existentes e de outros segmentos da sociedade civil que visam dar contribuição significativa ao G20.



6. Calendário de reuniões

Calendário tentativo de reuniões constará do sítio eletrônico da presidência brasileira do G20 (www.g20.org).